

EDITORIAL



A 18ª Edição da Revista Gralha Azul, em convergência ao projeto de excelência científica a que se propõe o Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, apresenta notáveis trabalhos produzidos por profissionais do direito e por docentes, os quais se ocuparam de temas absolutamente pertinentes na contemporaneidade, e, com isso, trazem singulares contribuições à cultura jurídica.

A Revista tem início com a pesquisa de autoria do eminente Ministro José Barroso Filho, que discorre sobre as "decisões judiciais no processo de desenvolvimento", aportando significativas reflexões acerca do processo estrutural e de seus reflexos na concretização dos direitos sociais que devem necessariamente decorrer da execução das políticas públicas.

Em seguida, é trazido o instigante artigo do consagrado Professor Luiz Fernando Coelho, que versa sobre os "avatares ideológicos do ensino jurídico – macrofilosofia e crítica da educação jurídica". Na linha de análise a partir das intersecções entre "Direito e Cinema", com incomum criticidade, são enfrentados aspectos fundamentais da construção dos conceitos jurídicos e de seus influxos ideológicos vinculados à preservação dos poderes e das instituições.

"Para além dos autos: diálogos pela democracia" é o título que aglutina a temática na qual se incursionaram os ilustrados Desembargadores Ramon de Medeiros Nogueira e Rogério Etzel, trabalho realizado em coautoria com as qualificadas servidoras Adriane Garcel e Karen Hippertt. Trata-se de estudo centrado na efetividade do direito de participação no processo, cuja densidade justificou sua exposição no IX Congresso Luso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania, realizado durante os dias 28 a 30 de maio de 2023, nesta Capital.

Na sequência, a Desembargadora Maria Lúcia Cardoso de Magalhães, do Tribunal Regional do Trabalho da 3ª Região, aborda a grave questão atinente "à discriminação da mulher no trabalho", expondo o quanto se espera da ordem jurídica para que dela se extraia a mais célere superação desse inegável retardo civilizatório.

EDITORIAL

“A mitigação da natureza inquisitiva do inquérito civil - a necessidade de adequar os procedimentos administrativos ao direito processual em transformação”, é a temática apresentada pela Juíza de Direito Ana Cristina Cremonesi. O competente estudo procura identificar em que medida a principiologia processual, inclusive o direito ao contraditório, deve ser transportada aos procedimentos de natureza investigatória.

Julson Arantes e Heloísa Bagatin Cardoso, ambos estudiosos do direito agrário, trazem relevante ensaio sobre a política de fomento estatal destinada ao segmento do agronegócio, invocando fundamentos do Direito Financeiro, com destaque para o sistema de financiamento público desse segmento que assume protagonismo na economia nacional.

Por fim, o Desembargador Hamilton Rafael Marins Schwartz, cuja trajetória tem se notabilizado pelos estudos aprofundados no campo da tutela judicial da saúde, em coautoria com o proficiente servidor Gustavo Formes Dias, apresenta o indispensável trabalho intitulado “Competência para julgamento das demandas prestacionais sobre saúde: reflexões e perspectivas”, voltando-se à análise das competências federativas, fundamentais ao Direito Sanitário, sobretudo em relação aos fármacos registrados junto à ANVISA, porém não incorporados aos protocolos do Sistema Único de Saúde.

Encerra-se com o merecido enaltecimento ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, pela firme postura institucional em seus projetos de capacitação, fundada na lúcida compreensão de que a eficiência da atividade jurisdicional está a depender do permanente aprimoramento formativo e da aproximação com os mais variados ramos do saber, sendo certo que, com esta obra, que honrosamente se apresenta, vem reafirmar o propósito institucional de estímulo ao inesgotável estudo do Direito.

Lado outro, registra-se que tal desígnio somente se viabiliza pela contribuição dos valorosos textos encaminhados para publicação e, exatamente por isso, consigna-se o profundo agradecimento às autoras e aos autores que ofereceram seus trabalhos à Revista Gralha Azul.

Lembramos que a periodicidade da Revista é bimestral e a submissão de trabalhos é contínua. Acesse as normas de submissão em nossa página.

Uma excelente leitura!

Claudio Smirne Diniz¹

Desembargador do Tribunal de Justiça do Paraná

¹ Doutor em Direito (PUC/PR). Professor de Direito Administrativo. Professor do PPGD da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Coordenador da área de Direito Administrativo da Escola Judicial do Paraná (EJUD).